

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA CONTEXTUALIZADO EM UMA REALIDADE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS

ANELISE AGUILERA DA SILVEIRA¹; DARY PRETTO NETO²; MARIA SIBILLA DIECKMANN SIQUERIA³

(1) *Universidade Federal de Pelotas - liselise.silveira@yahoo.com.br*

(2) *Universidade Federal de Pelotas - darypretto@gmail.com*

(3) *Universidade Federal de Pelotas - sibilla1957@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Para promover o bem estar da sociedade e atingir resultados positivos em diversas áreas, os governos se utilizam de Políticas Públicas, que podem ser definidas como um conjunto de ações e decisões do governo voltadas para a solução ou não de problemas da sociedade. Ou seja, são ações, metas e planos que os governos nacionais, estaduais e municipais traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, no entanto este bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não por ela própria (SEBRAE/MG, 2008).

Dentre muitos programas criados pelo Governo Federal, o Programa Bolsa Família - PBF é um programa social instituído com objetivo de redistribuir a renda na economia, tornando a distribuição da riqueza do país mais igualitária possível. Esta redistribuição é feita através da receita proveniente da tributação dos impostos: IPTU, PIS, COFINS, INSS, tributações bancárias IOF, CPMF e principalmente a tributação sobre o IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF. (MARCON, 2010).

O Programa Bolsa Família – PBF é um programa de transferência direta de renda que surgiu em 2003, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir de políticas públicas de assistência social desenvolvidas nos anos 90 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com o fim de beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza ou miséria em todo o País. E está baseada na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O conjunto de políticas públicas adotadas pelo governo federal especificamente o Programa Bolsa Família será objeto de análise no âmbito do município de Pelotas, usando como recorte famílias beneficiárias do PBF, que possuem filhos matriculados regularmente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Irene, situada na Vila Pestano, no Bairro Três Vendas.

A Política de Assistência Social se concretiza através de ações de prevenção, proteção, promoção e inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social na busca pelo resgate do direito de cidadania. Essas ações se efetivam por um conjunto de Serviços, Programas, Projetos e Benefícios.

O Centro de Referência da Assistência Social- CRAS - integra a Política de Assistência Social da cidade de Pelotas, a qual se vincula à Secretaria Municipal de Cidadania da Prefeitura Municipal de Pelotas (PELOTAS, 2013).

Frente ao exposto este trabalho tem como objetivo analisar se o PBF está atingindo as metas para o qual foi criado, na visão de um grupo de beneficiários da cidade de Pelotas.

Este trabalho busca identificar dados primários a partir de questionário, aplicado ao responsável pela família, pertencente ao grupo estudado, se o objetivo que o PBF se propõe está atingindo os resultados esperados, ou seja, com o valor

percebido é possível retirar famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema miséria. Como também analisar se as mesmas cumprem as condicionalidades impostas pelo programa. Para tanto existe a responsabilidade por parte das famílias em relação ao cumprimento de uma agenda de atendimento nas áreas da saúde e da educação, voltada à melhora das condições para que crianças e jovens de famílias beneficiárias desfrutem de maior bem estar no futuro.

2. METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa documental no sentido de obter informações sobre o PBF, e sobre a Escola, cujas famílias pesquisadas possuem filhos matriculados.

A metodologia utilizada para alcançar o objetivo proposto foi o desenvolvimento de uma entrevista com vinte famílias de alunos regularmente matriculados do 1º ao 4º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Irene, através de um roteiro estruturado com questões abertas e fechadas com o responsável pela família.

Os dados coletados foram analisados descritivamente tendo como norte o referencial teórico utilizado neste estudo.

O objetivo desse recorte é identificar as dificuldades enfrentadas pelas famílias ao longo do processo, desde a matrícula, onde são incluídas no programa, até receberem a primeira parcela do benefício.

O grupo entrevistado foi escolhido por conveniência, no que se refere à acessibilidade, uma vez que todas as famílias contatadas possuem filhos estudando na escola acima citada, o que facilitou o contato com as famílias e a sua disponibilidade de responder a entrevista

As entrevistas foram o principal instrumento de coleta de dados, utilizado diretamente com os beneficiários. É composta por um total de doze questões. Sendo três questões iniciais abertas, relacionadas à identificação do aluno e o número de pessoas que compõem a família. As demais cinco questões abertas questionam o valor percebido do benefício; o que deveria mudar ou melhorar no programa, e se as conseqüências do não cumprimento das condicionalidades acarretam bloqueio ou corte do benefício; as dificuldades encontradas pelas famílias para retornarem ao programa e, por fim sugestões ou comentários sugeridos pelos entrevistados sobre o PBF. E as demais quatro questões fechadas são de múltipla escolha.

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados obtidos através das entrevistas foram analisados descritivamente a luz do referencial teórico utilizado para embasar o trabalho.

Os dados apresentados são referentes às particularidades que caracterizam as famílias dos respondentes na intenção de traçar um rápido perfil de quem são as famílias que fazem parte do programa.

Buscaram-se dados pessoais dos alunos da Escola citada no recorte sendo 50% crianças situadas na faixa etária dos seis aos oito anos e 11 meses; e os demais 50% na faixa etária dos nove aos doze anos. Ao analisar as respostas obtidas observou-se que não houve concentração no grupo de alunos em função da idade

Destaca-se que 45% dos alunos freqüentam o segundo ano, isto significa que as mesmas estão em conformidade com a série e a idade escolar considerando-se a idade que as crianças devem ingressar na escola.

Procedendo a análise do estudo constatou-se que o número total de pessoas das famílias entrevistadas constitui-se em 106 integrantes, o que representa uma média de 5,3 pessoas por família, e deste número 86 integrantes se beneficiam com o Programa Bolsa Família, perfazendo uma média de 4,3 beneficiários.

Quanto ao tempo para receber o benefício houve uma disparidade, pois 70% de famílias levaram de um a seis meses, outras 25% levaram um e dois anos, enquanto somente uma família, que representa 5% levou quatro anos pra recebê-lo. Portanto isto significa que ao realizar o cadastro a inclusão não é imediata no programa, pois não existe um prazo fixado para a concessão do benefício para as famílias cadastradas

Para começar a receber o benefício, a família precisa aguardar que o sistema analise as informações do Cad Único. A ordem de concessão de benefício é baseada na renda identificada pelos dados inseridos no sistema, e não é por ordem cronológica.

Conforme pode ser observado verifica-se que entre as melhorias que o Programa trouxe às famílias ressalta como prioridade a aquisição de material escolar, seguido de alimentação e vestuário. Os demais itens citados como transporte, gás e pagamento de conta de luz são mencionados apenas por três famílias

Dentre as famílias entrevistadas, de acordo com o objetivo do Programa, que é retirar as famílias da linha da miséria possibilitando a aquisição de alimentos, uma vez que os efeitos da desnutrição na capacidade de aprendizagem são vastos, o mesmo ultrapassou este objetivo, pois as famílias entrevistadas priorizaram a compra de material escolar

4. CONCLUSÃO

Ao analisarmos os dados obtidos com o grupo escolhido para a pesquisa e considerando os objetivos propostos para a mesma, podemos dizer que, diante da realidade que vivenciamos, o Programa Bolsa Família atende ao objetivo proposto, que é o alívio imediato da extrema miséria. Porém mantendo-os na linha de pobreza. Tendo a concepção de pobreza como as deficiências de capacidades básicas para que os indivíduos possam atingir níveis minimamente aceitáveis de condições básicas de vida.

Na história do Brasil a partir da década de 70 começou-se a discutir o tema do combate à pobreza e à desigualdade social com a criação de políticas públicas de erradicação da miséria.

O Programa Bolsa Família tem características de um programa assistencial, e aponta as necessidades de avançar nas políticas públicas requerendo uma constante avaliação, atualização e ampliação.

Em conformidade aos dados colhidos observou-se que o PBF retirando as famílias da linha da miséria e as colocando em situação de pobreza oportunizou as famílias estudadas, uma notável ascensão na qualidade de vida. Pois os relatos identificam que é deste dinheiro recebido que são adquiridos os produtos que integram o “kit escolar”, formado por cadernos, lápis e mochila. E desta maneira os pais ou responsáveis pelas crianças estão atentos a condicionalidades de mantê-los na escola.

Considerando a análise das entrevistas realizadas esta serviu para mensurar o grau de satisfação das famílias, pois consideram o programa como “bom”.

Parece-nos, contudo, que a linha da miséria e pobreza requer a elaboração de um projeto de sociedade que combine Democracia com eficiência econômica e justiça social. O Brasil não é um país pobre, pois conta com uma ampla disponibilidade de recursos para combater a pobreza. Apesar de termos analisado um universo pequeno composto de vinte famílias torna-se necessário o estabelecimento de um pacto social que contemple uma política distributiva mais ampla e justa.

Conjugando as respostas obtidas neste estudo se as pesquisas e análises citadas até aqui estão corretas a luta contra a desigualdade social encontra-se em um estágio avançado na história do País.

Frente ao exposto podemos dizer que o conjunto de efeitos que o programa traz potencializa fatores fundamentais para o desenvolvimento de uma região, mais especificamente a Vila Pestano, onde desenvolvemos nossa pesquisa.

E com todos os limites que o Programa Bolsa Família apresenta é um atrevimento afirmar simplesmente que se trata de um programa de esmolas, populista e eleitoreiro que por acaso, melhora a condição de vida da sociedade. Porém ele se torna um indicador de como um programa pode melhorar a condição de vida da sociedade e, por conseguinte, sendo popular recebe dividendos eleitorais, é óbvio?

Novas pesquisas devem ser efetuadas com o intuito de analisar um universo mais abrangente do Programa Bolsa Família na cidade de Pelotas, visto que este estudo apenas limitou-se a fazer uma abordagem minimalista.

6. REFERÊNCIAS

Acessos, Reciprocidades e Inclusões: estudo sobre as relações entre redes de assistência e famílias de grupos populares em Pelotas/RS – Pelotas, 2008. 179f. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/dissertacoes/2006/fabiola_mattos_pereira_dissertacao, Acesso em: 11 de janeiro de 2012

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Governo Federal, 1988, Ed. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.inclusao.se.gov.br/noticias/46-inclusao-social/3619-ampliacao-do-brasil-carinhoso-tira-81-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-da-miseria> Acesso em: 29 nov.2012

MARCON, Gilberto Brandão – **A Origem e Importância do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos>>>. Acesso em: 15 nov. 2012

MICHEL, Maria Helena – **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 36 e 65p.

SEBRAE. **Políticas Públicas Conceitos e Práticas**. – Série Políticas Públicas Vol.7, Contagem, MG, Ed. SEBRAE, 2008.

